

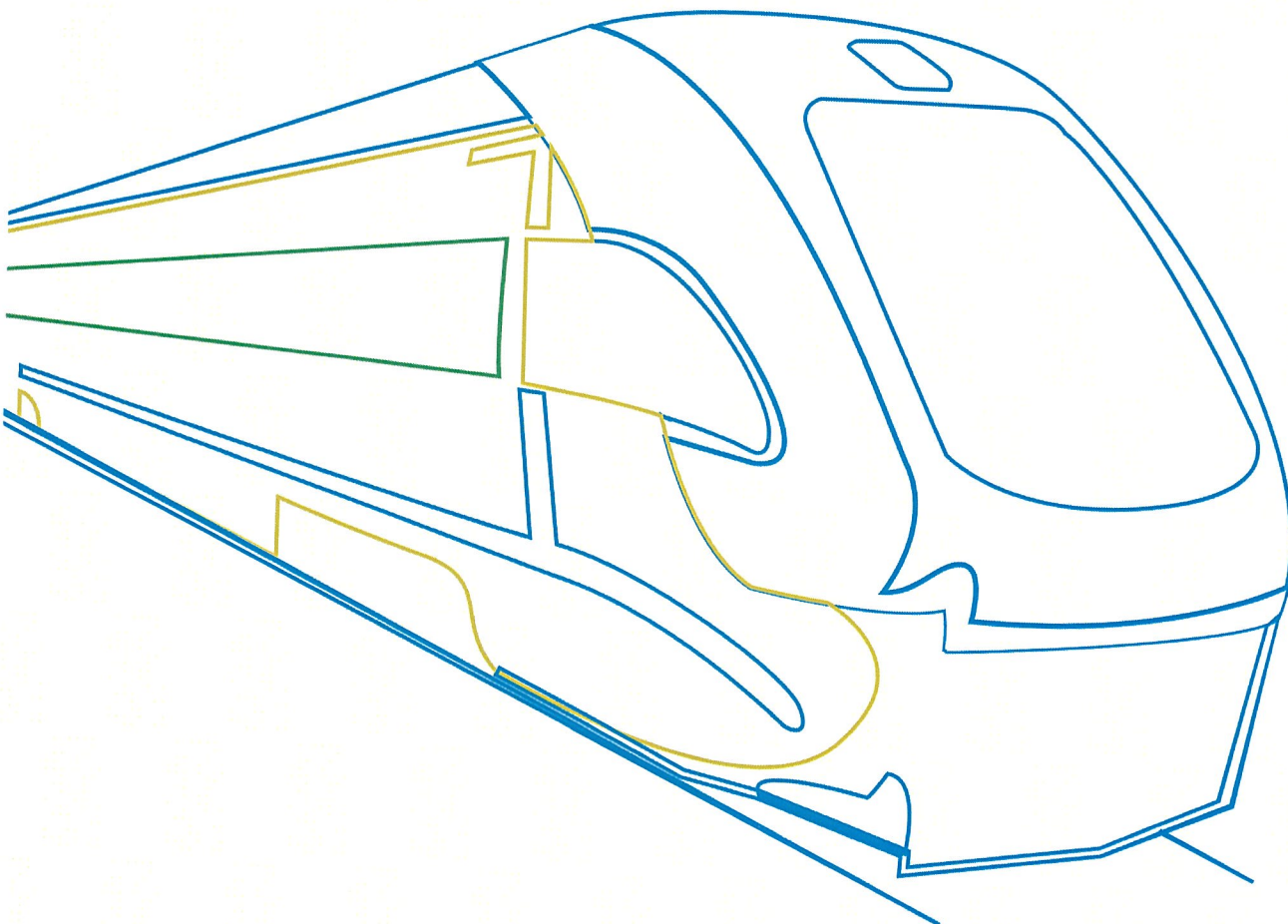
CONTRATO Nº 007-2021/DA

CBTU – COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

VR BENEFÍCIOS E

SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- FORO

DocuSigned by:
FPA
Signed By: FPA
CPF: [REDACTED]
ICP: [REDACTED]
2E1C47E6EDDE4371B2F3B21F11EFD0C65

DocuSigned by:
HMS
Assinado por: HMS
CPF: [REDACTED]
ICP: [REDACTED]
1531270EDD12499001784B244R67683

DS
kSL

DS
VKDg



CONTRATO Nº 005-2021/DA.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002-2021/GALIC/P/CBTU.

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU** e do outro, **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 11º ao 14º andar, Brasília/DF, CEP.: 70.070-010, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu **Diretor-Presidente JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu **Diretor de Administração e Finanças, PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF nº [REDACTED] e a empresa **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.535.864/0001-33, com sede na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP.: 04.553-900, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por sua **Diretora de Redes e Experiência do Cliente PRISCILA DE ANDRADE ABONDANZA**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] pedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu **Diretor de Riscos MARCIO DEL NERO**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 002-2021/GALIC/P/CBTU**, Processo Administrativo **PROT nº 5.686/2020**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, alterado pelo Decreto 10.273, de 13 de março de 2020, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem mão de obra exclusiva, para administração e gerenciamento de benefício alimentação/refeição na forma de cartões eletrônicos com chip de segurança para aquisição de gêneros alimentícios *in natura* e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados na forma definida pela legislação pertinente e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho – ACT; para atendimento às necessidades da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.**

DS
VKDg



DS
KS

DS
CS

VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital do Pregão Eletrônico nº 002-2021/GALIC/P/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentemente de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por **preço global**.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá na Administração Central – Brasília/DF, bem como nos municípios de Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Maceió/AL, Natal/RN, João Pessoa/PB, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação; e

3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
[Redacted Signature]
1531270BDD12400017B4B2448B63683

DocuSigned by:
[Redacted Signature]
2E7C47EE0DD64371B3F3B21F11EFD0C65

- 3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso de a prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

- 3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Serviço e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.
- 4.2. Será emitida uma Ordem de Serviço para cada exercício fiscal.
- 4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

- 4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

- 4.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

- 4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período da suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

- 5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 54.311.863,13 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e onze mil, oitocentos e sessenta e três reais e treze centavos)**.

- 5.2. No valor previsto acima estão incluídos:

5.2.1. O valor integral do benefício devido aos empregados da Companhia, composto pelo valor da “recarga do cartão alimentação/refeição”, pelo valor da “cesta básica” e pelo valor da “cesta natalina”;

DS
VKDg

DS
k56

DS
CS

VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by
FIDW
Assinado por MARCIO DEL NEIRO 6897041878
15312706D01249021784824486383

DocuSigned by
FIDW
Assinado por MARCIO DEL NEIRO 6897041878
15312706D01249021784824486383

5.2.2. O valor correspondente à Taxa de Administração (negativa) a ser aplicada sobre o valor integral do benefício, que corresponde à forma de remuneração da **CONTRATADA** pelos serviços prestados, equivalente a -5,27% (cinco inteiros e vinte e sete centésimos por cento negativos); e

5.2.3. O percentual de 3% (três por cento) referente à reserva de segurança para fazer frente às eventuais admissões judiciais e dobras de escala que são variáveis, equivalente a R\$ 1.581.898,92 (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos).

5.3. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

5.4. O valor previsto acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de recarga efetivamente solicitados e prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional, em até **30 (trinta) dias** após o recebimento dos documentos de cobrança no protocolo da **CBTU**, situado no SAUS (Setor de Autarquias Sul) Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 2º Andar, Brasília-DF, CEP: 70.070-010, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h; desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato.

6.1.1. Alternativamente os documentos de cobrança poderão ser encaminhados por meio digital, para o endereço eletrônico fornecido pelo Gestor do Contrato, desde que seja possível atestar a autoria e a integridade da documentação.

6.2. Os procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento se encontram definidos no item 17, do Termo de Referência – Anexo I, deste Contrato.

6.3 Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

6.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.4.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.4.2. Demonstrativo analítico de todos os créditos/recargas efetuados no mês de referência, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) nome completo do

DS
VKDg

DS
ksf

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
MDC
Assinado por: MARCIO DEL NEIRO (05927041879)
CPF
15012700RD1249809175402446663683

DocuSigned by:
MDC
Assinado por: MARCIO DEL NEIRO (05927041879)
CPF
15012700RD1249809175402446663683

empregado beneficiário; (ii) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF do empregado beneficiário; e (iii) valor do crédito disponibilizado, discriminado por tipo de benefício;

6.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.4.4. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.5. **Deverá ser emitida 1 (uma) Nota Fiscal/Fatura mensal contemplando todos os créditos/recargas solicitados pela gestão deste Contrato até o último dia útil do respectivo mês de referência.**

6.6. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.7. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.7.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.8. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.9. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.10. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.11. No caso de a documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.8 e 6.9 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2021**, conforme classificação abaixo:

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
HBM
Assinado por: MARCIO DEL NEIRO 48923041879
CPF: [REDACTED]
HBM
ICP-Brasil
153127D58D1248091764BD1448D91003

DocuSigned by:
f484
Assinado por: PRISCILA DE ANDRADE ABONDANZA 63526873769
CPF: [REDACTED]
HBM
ICP-Brasil
2E1C476EED64371B3F3B21F11EFDC05

- 7.1.1. Programa de Trabalho: **15.301.0032.212B.0001**;
- 7.1.2. Plano Orçamentário: **0005 – Auxílio-Alimentação de Civis Ativos**;
- 7.1.2. Elemento de Despesa: **339046**;
- 7.1.3. Planos Internos: **A2DERHAAC; BED1RHAAC; MEPSRHAAC; N2OPRHAAC; P2TQRHAAC; e R2VCRHAAC**;
- 7.1.4. Categoria Econômica: **CUSTEIO**; e
- 7.1.5. Notas de Empenho: **2021NE001646; 2021NE001647; 2021NE001648; 2021NE001649; 2021NE001650; e 2021NE001651**; datadas de **02/07/2021**.

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. A Taxa de Administração cobrada pela **CONTRATADA** é fixa e irredutível durante toda a execução deste Contrato.

8.2. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, em decorrência de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo que altere o valor do benefício Alimentação/Refeição pago aos empregados da Companhia.

8.3. A revisão de preços será admitida, desde que comprovada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidencie a majoração dos custos de administração e gerenciamento do serviço prestado, avaliados face às planilhas de composição de custos pertinentes ao objeto contratual e após ampla pesquisa de mercado.

8.4. A revisão concedida pela **CBTU** será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela **CONTRATADA**.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by
NEW
Assinado por: MARCIO DEL NEIRO 08227011670
CPF: [REDACTED]
ICP-Brasil
153127D6BD1249D01764B2448B036B3

DocuSigned by
NEW
Assinado por: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
ICP-Brasil
[REDACTED]

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo o deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.2. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

DS
VKDg

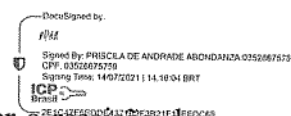
DS
ksl

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cabe à **CONTRATADA**, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I e no Edital da Licitação, o cumprimento das seguintes obrigações:

DS
KSL

DS
VKDg



DS
CS
VR



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
[Redacted]
CPF: [Redacted]
Hua: [Redacted]
ICP: [Redacted]
15312706801248909178460148863853

DocuSigned by:
[Redacted]
CPF: [Redacted]
Hua: [Redacted]
ICP: [Redacted]
15312706801248909178460148863853

10.1.1. Fornecer à **CBTU** os créditos solicitados no prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do pedido realizado pela gestão do contrato.

10.1.2. Atender às observações da gestão/fiscalização do Contrato adotando providências nos prazos determinados/acordados pela **CBTU**.

10.1.3. Providenciar o suprimento de cartões via sistema *online*.

10.1.4. Credenciar o maior número possível de hipermercados, em observância às regras da ASBRAS – Associação Brasileira de Supermercados, além dos estabelecimentos de gêneros alimentícios de pequeno e médio porte, para uso de cartão alimentação.

10.1.5. Manter durante a vigência do contrato, no mínimo, o mesmo número de estabelecimentos credenciados previsto no Termo de Referência – Anexo I, deste Contrato, não sendo admitido decréscimo da aceitabilidade dos estabelecimentos.

10.1.6. Fornecer cartões eletrônicos na forma prevista no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), aos empregados beneficiários, conforme requisição da gestão e fiscalização deste contrato.

10.1.6.1. Deverão ser confeccionados e entregues pela **CONTRATADA** em até sete dias úteis contados da assinatura da Ordem de Serviço prevista no item 4.1, da Cláusula Quarta, deste Contrato, a quantidade de cartões solicitados pela gestão e fiscalização deste Contrato, conforme a necessidade da **CBTU**.

10.1.6.2. A 1ª (primeira) via de cada um dos cartões eletrônicos deverá ser entregue na sede das Unidades Administrativas da CBTU, discriminadas no anexo I do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato;

10.1.6.3. As entregas dos cartões eletrônicos subsequentes à primeira via serão realizadas, exclusivamente, no domicílio do empregado beneficiário constante do seu assentamento funcional, cuja informação será prestada pela gestão deste Contrato;

10.1.6.4. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização do pagamento das despesas.

10.1.6.5. Todas as despesas para a confecção da primeira via dos cartões eletrônicos, carga e recarga e impressão de comprovantes nos estabelecimentos de aceitação dos cartões estão inclusas no valor previsto no item 5.1 e discriminado no item 5.2, da Cláusula Quinta, deste Contrato.

10.1.6.6. Os cartões deverão conter razão social ou sigla da **CBTU**, nome por extenso do servidor, número sequencial de controle individual e data de validade.

10.1.6.7. Conforme solicitação prévia da gestão e da fiscalização deste Contrato, o recebimento dos créditos da recarga mensal poderá ser dividido em

DS
VKDg
[Redacted]

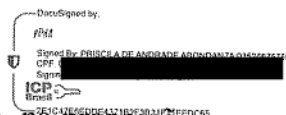
DS
k56

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



frações regulamentadas pela empresa dos cartões alimentação e refeição, na proporção que melhor lhe convier aos empregados da **CBTU**.

10.1.7. Creditar, no mês de dezembro, exclusivamente no cartão alimentação – inclusive aos empregados que recebem o benefício em rubrica judicial através da Folha de Pagamento - a “Cesta Natalina”, em dia a ser definido no calendário de obrigações da CBTU.

10.1.8. Possuir canal de teleatendimento **exclusivo** para grandes empresas, a fim de atender à gestão e fiscalização deste Contrato, bem como à área da **CBTU** responsável pela administração do programa de alimentação, buscando com isso melhor atendimento, agilidade, confiabilidade e rapidez na resolução de possíveis problemas, tendo como consequência o repasse de qualidade ao usuário do benefício

10.1.9. Disponibilizar central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas nos 7 (sete) dias da semana com ligação gratuita ou ligação local para que os empregados beneficiários da **CBTU** possam comunicar perda, roubo, dano ou extravio dos cartões com imediata solicitação de 2ª (segunda) via.

10.1.9.1. Em caso de roubo, furto, perda, extravio ou imperfeições no cartão eletrônico a **CONTRATADA** terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para confeccionar e entregar outro cartão ao empregado beneficiário, contados a partir da data da requisição, sem custo para a **CBTU** e nem ao empregado beneficiário, com todos os créditos disponíveis no cartão cancelado.

10.1.10. Oferecer consulta da recarga e saldo do cartão com *chip* via telefone e pelo *site* ou através de aplicativo baixado em gadget.

10.1.10.1. Os créditos disponíveis nos cartões eletrônicos serão somados em sua totalidade com as recargas a que o empregado beneficiário tiver direito mês a mês, sem prejuízo no saldo acumulado.

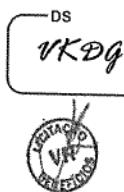
10.1.10.2. Após o término deste Contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de 90 (noventa) dias para utilização.

10.1.11. Apresentar comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Emprego relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT - conforme previsto na Lei 6.321/76, sempre que solicitado pela gestão e fiscalização deste Contrato.

10.1.12. Manter nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos.

10.1.13. Apresentar os documentos exigidos pela **CBTU** para o pagamento das faturas emitidas pela **CONTRATADA**.

10.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato,



DS
k56

DS
CS
VR

independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.2.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

10.2.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.2.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.2.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.2.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.2.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.2.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.2.8. Repara, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.2.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.2.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença da ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.2.11. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

DS
kSD

DS
CS

VR

DS
VKDg



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
HBR
Assinado por: [Redacted]
CPF: [Redacted]
Nome: [Redacted]
ICP-Brasil
1531210601248909176482144803683

DocuSigned by:
HBR
Assinado por: [Redacted]
CPF: [Redacted]
Nome: [Redacted]
ICP-Brasil
1531210601248909176482144803683

10.2.12. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.2.13. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.2.14. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.2.15. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.2.16. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.2.17. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.2.18. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar/comprovar, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da celebração do contrato, prorrogáveis por igual período a seu pedido:

10.3.1. A listagem da sua rede credenciada, separadamente, de estabelecimentos que aceitam seus cartões com créditos de Vale-Alimentação e Vale-Refeição, em **quantitativo mínimo de 80% (oitenta por cento) do quantitativo previsto nos Anexos I e II do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato, por estado/DF**; sendo que os estabelecimentos credenciados para cada uma das modalidades deverão estar de acordo com o determinado pelo PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego;

10.3.2. A existência de **convênio para pagamento em site (página na internet) ou por aplicativos (apps)** em no mínimo uma das empresas de aplicativos de entrega de refeições prontas e produtos alimentícios in natura (delivery), tais como: *IFOOD, RAPPI* ou *UBER EATS* (refeições) e Pão de açúcar ou Clube Extra (alimentação).

DS
VKDg

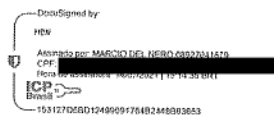
DS
LSJ

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



10.4. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.4.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.4.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto, conforme previsão do Termo de Referência – Anexo I, deste contrato.

10.4.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem **prévio** e **expresso** consentimento da **CBTU**.

10.5. A **CONTRATADA** deverá ainda adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Cabe à **CBTU**, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I e no Edital da Licitação, o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Acompanhar, supervisionar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência por intermédio do Gestor e do Fiscal do Contrato devidamente designados pela CBTU, verificando se todas as obrigações foram cumpridas e atestar as notas fiscais/faturas no que concerne aos serviços, assim como solicitar a aplicação de penalidades à Contratada pelo cumprimento irregular ou descumprimento parcial ou total de qualquer cláusula ou condição contratual.

11.1.2. Requisitar à contratada a emissão de cartões eletrônicos, indicando os valores pertinentes.

11.1.2.1. Os cartões emitidos deverão ser entregues somente aos empregados previamente designados pela **CBTU**, pessoalmente ou via postal, nas áreas de Recursos Humanos nas Unidades da CBTU, em dias úteis, nos horários e endereços relacionados no Termo de Referência – Anexo I, deste Contrato.

11.1.2.2. A **CBTU** fornecerá, para confecção dos cartões eletrônicos, listagem contendo o nome completo do empregado beneficiário, número do seu CPF e o valor do crédito a ser carregado em cada cartão, em meio magnético, arquivo virtual ou similares, conforme *layout* de arquivos definidos pela Companhia.

11.1.3. Realizar o pagamento da fatura em até 30 (trinta) dias a partir da data de entrada no protocolo geral da Companhia.

11.1.4. Orientar os empregados beneficiários para que cumpram as determinações legais e não desvirtuem a utilização dos valores creditados em seus respectivos cartões.

11.2. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

DS
k56

DS
VKDg



DS
CS
VR



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

DocuSigned by:
M2W
Assinado por: MARCIO DEL NEIRO (00322014879)
CPF: [REDACTED]
Habilitação: [REDACTED]
ICP-Brasil
153127D6B01249091764B2448D83663

DocuSigned by:
[REDACTED]
Assinado por: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
Habilitação: [REDACTED]
ICP-Brasil
[REDACTED]

11.2.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.2.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.2.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.2.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.2.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.2.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.2.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.2.8. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.2.9. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.2.10. Expedir após o fim do Contrato, Termo de Encerramento, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

DS
[REDACTED]

DS
[REDACTED]

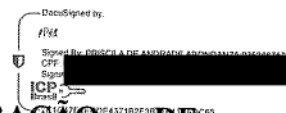
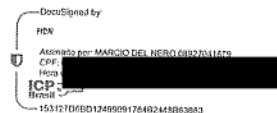
VR

DS
VKDg
[REDACTED]

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão deste Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.1.1. Os empregados responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão especialmente designados por ato específico elaborado pela Diretoria de Administração e Finanças – DA, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

14.2. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC-CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.

14.3. A **CONTRATADA** deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto deste contrato, no mesmo prazo previsto no subitem 14.1.1.

14.3.1. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela CBTU e o representante da **CONTRATADA** serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.

14.3.2. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:



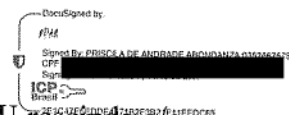
DS
k56

DS
CS
VR

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



21.2.4. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.3.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação de perdas e danos, excluídas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior;

21.3.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada após regular processo administrativo sancionador será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes deste Contrato, observadas as disposições do art. 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

DS
KST

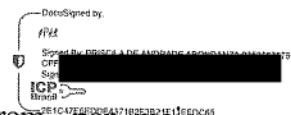
DS
VKDg

DS
CS

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, nos termos do artigo 241, parágrafo 1º, do RILC-CBTU;

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. No caso de a **CONTRATADA** solicitar a rescisão unilateral, sem que haja culpa da CBTU, deverão ser observadas as seguintes regras:

22.3.1. A **CONTRATADA** deverá continuar executando integralmente este contrato durante o decurso do prazo previsto no subitem 22.2.1, só podendo dar por encerrada a sua execução após liberação formal e escrita da **CBTU**;

22.3.2. A **CONTRATADA** deverá comprovar, em até 15 (quinze) dias da sua solicitação de rescisão unilateral, o recolhimento de 10% (dez por cento) do saldo remanescente deste contrato, a título de ressarcimento, sem prejuízo da regra prevista no item 22.6; e

22.3.3. O gestor do contrato, auxiliado pelos fiscais, deverá verificar a necessidade de execução da garantia contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CBTU e, caso o valor da garantia prestada seja insuficiente ou ela

DS
VKDg



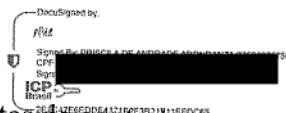
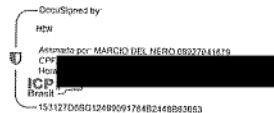
DS
KST

DS
CS

VR

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central



não tenha sido exigida, deverá determinar a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos apurados.

22.4. É vedado à **CONTRATADA** invocar a rescisão unilateral para se eximir de responsabilidades decorrentes da inexecução parcial ou total deste Contrato

22.5. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1., desta Cláusula.

22.6. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.7. A rescisão deste contrato será publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. Os recursos obedecerão ao disposto no art. 251, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU:**

24.1.1.1. Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Edifício Telemundi II, 11º ao 14º andar, Brasília/DF, CEP.: 70.070-010;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: ceben@cbtu.gov.br;

24.1.1.3. Telefone: (21) 98116-9558; e

24.1.1.4. Responsável: Jerônimo Rosa.

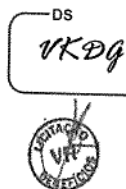
24.1.2. **VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.:**

24.1.2.1. Endereço: Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP.: 04.553-900;

24.1.2.2. Correio Eletrônico: akloper@vr.com.br;

24.1.2.3. Telefone: (11) 99267-9800; e

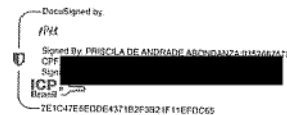
24.1.2.4. Responsável: André Kloper de Almeida.



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS**

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 13/05/2021;

25.1.3. Edital do Pregão Eletrônico nº 002-2021/GALIC/P/CBTU; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf.

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

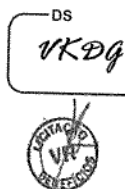
27.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

27.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – FORO

28.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.



DS
KSL

DS
CS
VR



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Brasília, de de 2021.

P/ CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:

JOSE MARQUES
DE
LIMA: [REDACTED]
Assinado de forma digital por JOSE MARQUES DE LIMA: [REDACTED]
Dados: 2021.07.15 18:00:14 -03'00'

José Marques de Lima
Diretor Presidente

PEDRO AUGUSTO
CUNTO DE ALMEIDA
MACHADO: [REDACTED]
Assinado digitalmente por PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO: [REDACTED]
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, ou=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF, ou=(EM BRANCO), ou=29118636000114, ou=presencial, CN=PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO, [REDACTED]
Razão: Eu sou o autor desta assinatura
localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.07.15 16:19:26-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.3

Pedro Augusto Cunto de A. Machado
Diretor de Administração e Finanças

P/ CONTRATADA: VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.:

DocuSigned by
Priscila D. Andrade Abondanza
Signed By: PRISCILA DE ANDRADE ABONDANZA, CN=PRISCILA DE ANDRADE ABONDANZA, OU=VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., O=VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., C=BR
Data: 2021.07.16 09:12:23 -03'00'

Priscila de Andrade Abondanza
Diretora de Redes e
Experiência do Cliente

DocuSigned by
Marcio Del Nero
Assinado por: MARCIO DEL NERO, CN=MARCIO DEL NERO, OU=VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., O=VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., C=BR
Data: 2021.07.16 09:37:23 -03'00'

Marcio Del Nero
Diretor de Riscos

Testemunhas:

1- JERONIMO JOSE FERREIRA
ROSA: [REDACTED]
Assinado de forma digital por JERONIMO JOSE FERREIRA ROSA: [REDACTED]
Dados: 2021.07.16 09:12:23 -03'00'

CPF:

2- MAURILIO FERNANDO SILVA FRAGOSO: [REDACTED]
Digitally signed by MAURILIO FERNANDO SILVA FRAGOSO: [REDACTED]
Date: 2021.07.16 09:37:23 -03'00'

CPF: